



Marko Ampuja

A Sociedade em rede, o Cosmopolitismo e o “Sublime Digital”: reflexões sobre como a História tem sido esquecida na Teoria Social Contemporânea

RESUMO

Neste artigo, examinarei criticamente as análises sobre as novas tecnologias de informação e comunicação por importantes sociólogos contemporâneos, especialmente Manuel Castells. Primeiramente, discorrerei acerca de argumentos concernentes à chegada de uma nova lógica de redes e fluxos. Em segundo lugar, avaliarei afirmações de acordo com quais limitações anteriores impostas pelo tempo foram superadas. E em um terceiro momento, examinarei a ideia de que a internet sinaliza uma sociedade mais democrática. Será demonstrado que todos esses argumentos estão baseados em um tratamento não-histórico das tecnologias de comunicação, e que esse tratamento é problematicamente interligado com uma compreensão do mundo atual hegemônica e neoliberal. **Palavras-chave:** Comunicação; tecnologia; digital; crítica; História

ABSTRACT

In this article, I will critically examine analyses of new information and communication technologies by notable contemporary sociologists, especially Manuel Castells. I will first go through arguments regarding the coming of a new logic of networks and flows. Secondly, I will assess claims according to which former limitations posed by time and space have been overcome, with the consequence that national societies have become more global and cosmopolitan. Thirdly, I will examine the idea that the internet signals a more democratic society. It will be shown that all of these arguments are based on an unhistorical treatment of communication technology, and that they are problematically intertwined with currently hegemonic, neoliberal understandings of the world.

Keywords: Communication; technology; digital; critique; History.

Marko Ampuja é Professor da Universidade de Helsinque, Finlândia.

Este artigo é uma versão modificada de um artigo anterior publicado na revista finlandesa *Tekniikan Waiheita*, 2/2013. Ele também contém partes do livro *Theorizing Globalization: a critique of the mediatization of social theory* (2012).

TRADUÇÃO: Daniel Resendes

Introdução

“As tecnologias de comunicação, a mídia, a televisão e a internet são a parte mais importante de nossas vidas” e “a comunicação, por conta do tipo de sociedade em que estamos inseridos, se tornou o campo central das ciências sociais em geral”. Assim afirma Manuel Castells (in: Rantanen, 2005, p. 146), que é um dos mais renomados sociólogos de nossa época. Além de Castells, nas últimas duas décadas muitos outros notórios cientistas sociais enfatizaram as mudanças trazidas pelas novas tecnologias de comunicação, de forma que podemos hoje falar sobre a “mídiação” geral da teoria social (Ampuja, 2012).

De acordo com o que hoje se tornou algo convencional na teoria social, todas as esferas das ações humanas (economia, política, cultura e relações cotidianas) passaram por grandes transformações devido às novas tecnologias de comunicação. Essa ideia-base foi estudada em inúmeros estudos acadêmicos, comentários de negócios e documentos de políticas governamentais. A noção de que vivemos em uma sociedade da informação ou uma sociedade em rede que tem um escopo global se tornou o principal paradigma do pensamento acerca das mudanças sociais (Mattelart, 2003, p. 2).

O fato de que o desenvolvimento das tecnologias de comunicação seja um tema tão central no pensamento sociológico atualmente está conectado a uma mudança ainda maior na teoria social. A sociologia clássica ocidental desde o final do século XIX até hoje foca na mudança de sociedades tradicionais para sociedades modernas. Dependendo do pensador, essa mudança tem diferentes nomes. Pode ser vista como uma mudança do feudalismo para o capitalismo, de comunidades pequenas para sociedades urbanas modernas ou das estru-

turas pré-industriais ou agrárias para industriais.

O processo de “modernização” se tornou a grande narrativa da sociologia. De acordo com essa narrativa, as sociedades modernas são caracterizadas pela racionalização e burocratização das instituições sociais; a diferenciação das esferas sociais e uma divisão de trabalho mais complexa; o nascimento de estados e nações modernos com sistemas políticos parlamentares; a secularização da cultura; e a expansão do capitalismo como a lógica pela qual a economia, se não a sociedade como um todo, se organiza.

No entanto, nos anos 1960 ou 1970 no máximo, esse paradigma clássico da modernização começou a se mostrar antiquado por muitos comentaristas. De acordo com um crescente número de sociólogos, essa teoria pouco ajudava a compreender o que eram as “novas” sociedades modernas daquela época. Assim, era cada vez mais compreendido que a comparação adequada da História deveria ser feita com a sociedade industrial ou o que era considerado como sua fase inicial (Kerkelä, 2004, p. 83).

Um exemplo bem conhecido de tal pensamento é o livro “O Advento da Sociedade Pós Industrial” (1973) pelo sociólogo americano Daniel Bell. Nesse livro, Bell argumenta que países desenvolvidos industrialmente, (e outros, seguindo a tendência) estavam se movendo no sentido de uma fase pós-industrial, onde ao invés do maquinário industrial e do trabalho físico, o capital humano, as ideias e o conhecimento científico se tornaram centrais. A sociedade pós-industrial era para ele também uma sociedade da informação, uma vez que era cada vez mais baseada na produção de informação e serviços em lugar de commodities materiais. O processo inteiro era dependente das tecnologias de informação e comunicação que constituíam a nova infraestrutura dominante na sociedade pós-industrial (Bell, 1999[1973], xvii).

O livro de Bell foi um exemplo do *Zeitdiagnose sociológico*, um diagnóstico do momento contemporâneo. Escritores nesse gênero buscavam produzir reflexões acerca de qual era a natureza e a substância do período contemporâneo comparado aos anteriores; assim foca-se no que é, discutivelmente, historicamente novo. Nos anos 1990, tais diagnósticos se tornaram o modelo padrão da teoria social, orientada no sentido de produzir trabalhos que proclamem uma mudança de uma primeira modernidade ou uma modernidade industrial para uma forma diferente de existência social.

A sociedade da informação, a sociedade pós-moderna e a sociedade em rede, juntamente com noções como a segunda modernidade, a modernidade

tardia ou modernidade líquida estão entre os nomes dados a essa nova formação social. Associadas com este mesmo modo de diagnóstico de análises sociológicas estão também conceitos como globalização, fluxos, hibridismos, cosmopolitismo, conectividade, velocidade, incerteza, refletividade, complexidade e contingência. Eles formam o vocabulário básico e dominante em muitas maneiras na vertente principal da teoria social pelas últimas duas décadas.

Enquanto há uma grande variedade de conceitos que diferentes autores usam em seus trabalhos, eles também compartilham de algumas ideias teóricas e pontos de partida. Particularmente, eles têm valorizado muito as mudanças na constituição espaço-temporal da sociedade, isto é, nas mudanças na maneira pelas quais as sociedades humanas e as relações sociais foram organizadas em relação ao tempo e ao espaço.

Esta é o ponto analítico chave de grande parte da teoria social contemporânea (Ampuja, 2012). Ela foi especialmente central para discussões envolvendo a globalização, uma “ideia homogeneizante” na sociologia contemporânea, mas também um termo que foi usado “rotineiramente nas ciências sociais” desde os anos 1990 (Martell, 2010; Axford, 2000). Em termos de pesquisa em comunicação, é interessante notar que as reivindicações através das quais as sociedades passaram por transformações em termos de como elas se orientam em relação ao tempo e espaço são estrategicamente dependentes de argumentos concernentes às novas tecnologias de informação e comunicação e as supostas propriedades que elas têm.

Para pesquisadores da área de comunicação, tal desenvolvimento teórico é, obviamente, lisonjeiro, uma vez que coloca os assuntos que eles estudam em destaque. Mesmo assim ainda há razões para se ser crítico com relação à midiaticização da teoria social. Neste artigo, avaliarei os argumentos sobre mídia e comunicação nas obras de alguns dos mais notáveis sociólogos, especialmente Manuel Castells, que vêm colocando como parte de suas análises como as sociedades industriais e baseadas em nações-estado foram suplantadas por uma informação globalmente organizada ou sociedade em rede. É claro que tais trabalhos contêm uma riqueza de observações sobre o tópico, mas focarei em três tipos de argumentos, os quais são frequentemente lembrados na literatura científica da teoria social contemporânea.

Primeiramente, examinarei afirmações de acordo com os quais as novas tecnologias digitais de comunicação guiaram uma nova lógica de redes que supera a lógica de lugares. Em um segundo momento,

focarei na ideia de que as novas tecnologias de comunicação erodiram as limitações colocadas por tempo e espaço. Em terceiro lugar, examinarei o argumento de que tais lógicas sinalizam uma sociedade mais democrática. Estas afirmações estão organicamente conectadas umas às outras e todas têm grande significância analítica e política. Através de um investimento pesado em argumentos sobre mídia e comunicação, os teóricos sociais têm tentado demonstrar que as mudanças comunicacionais e tecnológicas são o elemento central por trás de uma nova formação social que possui distinções que, para eles, necessitam de conceitos e recursos teóricos completamente novos.

Uma vez que tais alegações são teoricamente ambiciosas, eles devem ser avaliadas criticamente. Obviamente, nós não precisamos fechar os olhos para o fato de que as pessoas ao redor do mundo estão aumentando cada vez mais o uso de novas tecnologias de comunicação ou são afetadas indiretamente por suas consequências. Mesmo assim, não é auto evidente que suas propriedades são tão historicamente novas como muitos teóricos sociais afirmam ser, ou que seu desenvolvimento é necessariamente primário em termos de mudanças sociais. Há um constante perigo na análise social contemporânea em exagerar as dimensões da mudança às custas das dimensões da continuidade.

Um paradoxo interessante se formou por conta disso. Ao mesmo tempo que os teóricos sociais apresentaram fortes argumentos referentes à novidade histórica das novas tecnologias de comunicação (recentemente em relação à internet e às “mídias sociais”, particularmente), tais argumentos vêm deixando a desejar, curiosamente, na análise histórica. Eles têm também tipicamente negado a própria História, por exemplo, a longa História de como alegações similares foram apresentadas em períodos anteriores (Edgerton, 2008).

Uma tarefa importante para a pesquisa crítica em comunicação é manter-se historicamente sensível e olhar as questões para além do “marketing” que circunda as discussões contemporâneas acerca das novas tecnologias de comunicação. A segunda razão pelo qual vale a pena ser crítico com relação à principal vertente dos argumentos teórico-sociais em relação às novas tecnologias da comunicação e à globalização é que elas estão conectadas a compreensões hegemônicas e frequentemente repetidas do mundo. Como notado por Jameson (1998, 75), precisamos estar alertas às categorias comuns do pensamento, “as quais têm uma lógica própria das quais

somo vítimas se estamos alheios à sua existência e sua influência interior em nós”.

Manuel Castells e a Novidade das Redes

Manuel Castells se tornou mundialmente famoso no fim dos anos 1990 com a publicação de sua trilogia “A Era da Informação”. Em seu trabalho, ele continuou e desenvolveu a análise anterior de Bell na sociedade pós-industrial. Assim como Bell, Castells estava interessado no surgimento de um novo tipo de estrutura social que ele chama de “informacional” ou “sociedade em rede”. Para ele, a nova sociedade é organizada através de redes que “constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes que substancialmente modifica a operação e os resultados nos processos de produção, experiência, poder e cultura” (Castells, 2010, 500).

De acordo com Castells, enquanto em lugares de tempos anteriores, os estados-nação eram diferenciados geograficamente, culturalmente e politicamente, a sociedade em rede é fundamentada numa estrutura lógica de redes e “espaços de fluxos” que são por natureza sem espaço próprio ou não mais tão fixos no tempo e espaço quanto costumavam ser. Desta maneira, enquanto “lugares não desaparecem”, assim também “sua lógica e seu significado se torna absorvido na rede”. (Castells, 2010, p. 443). Através das redes, Castells se refere primeiramente à comunicação eletrônica, como a internet, e argumenta que a “revolução da comunicação” da última metade de século criou uma infraestrutura necessária para a lógica abrangente das redes que domina a ordem global hoje em dia.

Mas as redes não estão entre nós há muito tempo em forma de organizações sociais? Michael Mann (1986, 13) destaca que “sobrepôr redes de interação [que cobrem grandes distâncias] são o padrão histórico”, e não uma coisa que foi descoberta somente no século XX. É bem óbvio que a afirmação de Castells acerca da novidade das redes requer um argumento de suporte histórico, neste caso um argumento que compare várias tecnologias de redes em diferentes períodos históricos. No entanto, é notável que sua trilogia de 1500 páginas não faz tal comparação, salvo uma nota de rodapé no primeiro volume (Castells 2010, p. 30). Castells toca no assunto um pouco mais profundamente em um livro mais recente intitulado “O poder da comunicação”¹ (Castells, 2009). Lá,

1 NT: Livro ainda não traduzido no Brasil. Em inglês, *Communication Power*, e em espanhol, *Comunicación y Poder*.

ele admite que as redes tiveram um “papel crítico... na organização social através da história”. (Castells, 2009, p. 21), mas logo enfatiza a natureza qualitativamente diferente das redes de comunicação digitais contemporâneas.

Aqui é útil olhar para seus argumentos com mais detalhes. Castells propõe que enquanto redes, como a rede de trocas, que se mantiveram com a ajuda de navios e cavalos, duraram muito tempo, elas eram tecnologicamente lentas e não-desenvolvidas. Por esta razão, elas poderiam ser facilmente integradas com as estruturas de comando e controle dos impérios antigos, estados feudais e reinos. De acordo com Castells, elas somente permitiam um fluxo de informação e comunicação de mão única e, assim, eram “uma extensão do poder concentrado no topo das organizações verticais que moldaram a história da humanidade” (Castells, 2009, p. 22).

Depois disso, ele escreve que as ferrovias e o telégrafo criaram uma base para as redes de transporte e comunicação “quase globais”. Ele ainda afirma que essas redes foram também subservientes às “organizações de produção em grande escala verticais e instituições estatais extremamente hierárquicas” (Castells, 2009) da sociedade industrial. Assim, as primeiras comunicações eletrônicas foram, para Castells, ineficientes para prover “autonomia” para os diferentes agentes nas redes, de maneira que eles pudessem desafiar a dominação do poder político e econômico. Disso, chegamos à próxima afirmação tecnológica de Castells, que a comunicação verdadeiramente multidirecional, interativa e autônoma contra as concentrações verticais de poder foi possível somente com os avanços na microeletrônica e na tecnologia digital. Somente com a ajuda destes “a sociedade em rede pôde se separar completamente, transcendendo os limites históricos das redes como formas de organização e interação social”. (Castells, 2009, p. 24).

Mesmo Castells tendo negado ser um determinista tecnológico (Castells, 2010, p. 5), destacamos que ele possui um argumento altamente centralizado na tecnologia. Castells escreve que a sociedade em rede é um tipo diferente de sociedade comparada à sociedade industrial, e justifica esta ideia através de referências a desenvolvimentos comunicacionais e tecnológicos. No entanto, em resposta à afirmação de Castells (2010, p. 508) de que “a sociedade em rede representa uma mudança qualitativa na experiência humana”, pode ser argumentado que uma lógica similar de “espaços de fluxos” já existia antes da “revolução da comunicação” digital. O forte investimento

teórico de Castells no conceito de redes é, em uma inspeção mais meticulosa, contestável, pois pode ser argumentado que as redes de comunicações eletrônicas e “espaços de fluxos” têm uma longa história, datando desde a liberação de linhas de telégrafo internacionais que “criaram a primeira esfera eletrônica unificada” (Mattelart, 2000, p. 8) no fim do século XIX.

De acordo com os economistas políticos Dwayne Winseck e Robert Pike (2007), o período entre 1860 e 1930 testemunhou a ascensão de uma infraestrutura global de comunicações (baseada no telégrafo, nas agências de notícias e mais tarde, na tecnologia sem fio). A partir de uma análise histórica da rede global de cabos, os autores tecem um argumento interessante que parte crucialmente da visão histórica de Castells. Winseck e Pike apontam que o desenvolvimento de redes de comunicação tecnológicas nesse tempo não estava primariamente ligado, como geralmente se acreditava, a interesses nacionais, rivalidades “entre impérios” e conquista territorial. Esses eram, certamente, fatores que precisavam ser considerados para avaliar a História; no entanto, fatores muito mais importantes para a ascensão das primeiras redes de comunicação verdadeiramente globais no século XIX foram as ações de empreendedores liberais de diferentes países que queriam tornar o mundo aberto para investimentos multinacionais, comércio internacional e relações de propriedade capitalistas.

Esses atores miravam e foram bem sucedidos em contornar leis e barreiras internacionais para criar alianças e corporações (como a *Eastern Telegraph Company*, *Western Union* e a *Western and Brazilian Telegraph Company*) que controlavam a rede global de comunicação emergente. Essa “hegemonia compartilhada” era particularmente visível no desenvolvimento de redes de comunicação eletrônicas que eram por si mesmas tanto uma fonte para o imaginário liberal global quanto provia a infraestrutura técnica que intensificava a integração da economia global capitalista. Devido a esses fatores, “a globalização durante o final do século XIX e começo do século XX não foi somente superficial e efêmera, mas profunda e duradoura”, construída ao redor das redes de comunicação e centros que “suportavam grandes fluxos de capital, tecnologia, pessoas, notícias e ideias, as quais, por sua vez, geravam um alto grau de convergência entre os mercados, comerciantes e banqueiros” (Winseck; Pike, 2007, p. 1-2).

Um grande número de pontos contra a teoria da sociedade em rede de Castells pode ser apresentado

na base dessa história. Primeiramente, qualquer um pode pensar na diferença entre a intensidade e a extensão dos desenvolvimentos tecnológicos mencionados entre o final do século XIX e hoje. O fato é que uma “estrutura lógica” similar de “espaços de fluxo” aos quais Castells se refere – a absorção de locais distintos em redes que os ligam e a extensão da comunicação além das fronteiras de estados – já estava bem estabelecida no período anterior. A existência de tal nova estrutura lógica era, de fato, já discutida por contemporâneos.

O sociólogo americano Charles Cooley apontou que, no final do século XIX, “na comunicação, as relações de lugar... tem sua importância diminuída e, desde a introdução do telégrafo, quase pode-se dizer que não existem relações de lugar” (Cooley 1894[2007]; veja também Peters 1999, 185). É também confuso que Castells tenha menosprezado a ascensão do telégrafo para defini-la como “quase global”, porque a internet é igualmente “quase global”. Da mesma maneira que o telégrafo conectou diferentes regiões do mundo umas com as outras de uma maneira desigual no século XIX. Em Zâmbia hoje, por exemplo, metade da população nunca ouviu falar da internet e menos de 5% da população a utilizou (a situação é relativamente similar na África subsaariana) (van Rensburg, 2012).

Em segundo lugar, e talvez o mais importante em termos analíticos, há um encaixe estrutural mais profundo entre a primeira parte da formação das redes de comunicações globais e a mais recente do que Castells demonstra saber. O dualismo entre as hierarquias como se observa nas sociedades industriais e como se observa nas sociedades informacionais é simplesmente muito rígido. As redes emergentes de cabos não eram meras auxiliares à estrutura de poder “vertical” dos poderes imperiais; mais importante era o fato de que elas foram desenvolvidas e controladas pelas corporações de comunicação emergentes que representavam e avançavam interesses transnacionais ou, emprestando uma expressão de David Harvey, o “imperialismo capitalista”.

O mesmo processo pode ser observado hoje. Como Winseck e Pike (2007, p. 345) afirmam, “a maioria de nossas comunicações globais ainda depende de uma vasta rede de cabos de fibra-ótica que abrange o globo” e “essas redes ainda pertencem e são administradas por ‘alianças estratégicas’ altamente complexas dos maiores operadores de telecomunicações particulares e governamentais do mundo”. A “lógica das redes” da comunicação global dos dias de hoje é, de uma perspectiva político-econômica, bem

similar à antiga. Ao invés de assumir a mudança histórica de hierarquias para redes, baseada em certas mudanças tecnológicas, é mais preciso analiticamente entender as hierarquias e redes como duas formas de organização social que existiram simultaneamente em diferentes estágios históricos, de maneira que é desnecessário distingui-las umas das outras da maneira que Castells faz.

Tecnologia da Comunicação, Cosmopolitismo e a Aniquilação do Tempo e do Espaço

Um outro tema central que está ligado a redes na teoria social recente é a afirmação através da qual a nova tecnologia digital aniquilou de uma vez por todas as barreiras de tempo e espaço. Além de Castells (2009, p. 24), este tema foi analisado por muitos outros sociólogos contemporâneos, especialmente aqueles que escreveram extensivamente sobre a globalização. Por exemplo, em sua análise da “modernidade tardia” e da globalização, o sociólogo britânico Anthony Giddens isolou a superação das amarras de tempo e espaço como um ponto chave que distingue as sociedades modernas das anteriores. Desta forma, ele argumenta, por exemplo, que as sociedades moderno-tardias são definidas por um novo tipo de mediação de experiência que resultou na “intrusão de eventos distantes na consciência do dia-a-dia” (Giddens 1991, p. 27). Especialmente com o advento de satélites e outros tipos de tecnologias de comunicação avançadas, “pela primeira vez na história, a comunicação instantânea é possível de um lado do mundo para o outro”, e isso “altera a própria textura de nossas vidas” (Giddens, 2002, p. 11-12).

Para o sociólogo alemão Ulrich Beck, estes desenvolvimentos necessitam de uma mudança de paradigma profunda na teoria social. Ele argumentou que as ciências sociais deveriam se afastar do “nacionalismo metodológico” em direção à “perspectiva cosmopolita” (Beck, 2007; Beck & Beck-Gernsheim, 2009). Com o nacionalismo metodológico, Beck se refere negativamente à pesquisa social que não consegue conceber a importância da “interação além-fronteiras” e dos “meios de vida transnacionais”, especialmente para as gerações mais jovens.

Outros exemplos dessas novas “realidades globais” são os movimentos sociais globalmente organizados, redes de terrorismo, fluxos econômicos globais e tecnologias de transporte e comunicação que ligam diferentes partes do mundo. As últimas são de importância específica para Beck e Beck-Gernsheim (2009, p. 27), que escrevem que por causa delas, “as

distâncias começaram a encolher, não no sentido estritamente quantitativo, mas em sua significância social: mesmo entre grandes distâncias existem mais e mais linhas de comunicação e formas de encontro. A distância geográfica não precisa mais significar distância social”.

Esse mesmo argumento continua a se repetir nas teorias sociais da globalização. Em um nível descritivo básico, a globalização significa a intensificação da interconexão mundial e nada mais. Mesmo assim, na sociologia, ela se tornou um conceito teórico muito ambicioso que deveria dar suporte ao tipo de mudança de paradigma que Castells propõe com sua noção de sociedade em rede ou Beck com seus escritos no cosmopolitismo.

Uma das versões mais avançadas desde argumento é apresentado pelo sociólogo holandês Jan Aart Scholte. Ele tem o seguinte argumento sobre o que é historicamente novo na globalização (Scholte, 2005, p. 54-64). Scholte diz primeiramente que a globalização pode, em princípio, ser descrita como um fenômeno que tem uma longa história. Assim, ele pode ser utilizado, por exemplo, como uma nova expressão para a internacionalização da economia mundial ou a liberação dos mercados mundiais, ou ainda pode se referir à universalização de algumas características culturais anteriormente locais, como a música sinfônica ou usar palitos chineses para comer macarrão. Ainda que tais características possam ser utilizadas como um sinônimo de globalização, de acordo com Scholte eles realmente podem não representar algo que traria novas visões à discussão de grandes mudanças sociais, uma vez que tal fenômeno realmente tem uma longa história.

Em seguida, Scholte age de forma que ele pensa ser decisiva: se nós focarmos nas mudanças nas maneiras pelas quais percebemos o tempo e o espaço, então poderemos falar sobre mudanças verdadeiramente quantitativas que têm significância teórica. Interessantemente, para Scholte também isso requer um argumento sobre as mudanças nas tecnologias eletrônicas de comunicação. Ele afirma que, desde o nascimento da impressão, avanços na tecnologia de mídia – a aceleração contínua da comunicação pela sucessão de um tipo de meio eletrônico pelo outro – gerou uma redução contínua da significância dos locais e da distância como fatores limitantes nas conexões humanas, sem derrubá-los.

Ainda assim, especialmente com a invenção e expansão de novas tecnologias de mídia e comunicação e aplicações como as da internet, a distância territorial é repentinamente de pouca importância

uma vez que “a distância é coberta em praticamente tempo zero e as limitações territoriais não apresentam nenhum impedimento específico” (Scholte, 2005, p. 62). Para Scholte, este aspecto compele o uso de novas teorias e conceitos relacionados, tais como a “globalização” (propriamente entendida) ou “simultaneidade transplanetária”, cuja expansão levou as “relações sociais substancialmente além do espaço territorial” (Scholte, 2005, p. 62). Assim, como Beck, ele quer dar adeus ao “territorialismo metodológico” (Scholte, 2005, p. 65-66) e trocá-lo pela ideia de como as transformações de tempo e espaço motivam uma renovação na teoria social.

Aqui a globalização se torna (ou tenta se tornar) um conceito explicativo ao invés de continuar meramente descritivo. Isso significa que a intensificação das conexões ao redor do mundo não é mais apresentada como algo que pode ser explicado por outros meios (tais como o resultado da natureza expansionista da economia capitalista, como nas explicações marxistas). Ao invés disso, a própria globalização, entendida como a aniquilação do tempo e do espaço causada pelas novas tecnologias de comunicação se torna o conceito que explica as mudanças sociais e culturais (Rosenberg, 2000). Através da mais recente teoria social, a noção de que a globalização sinaliza uma grande transformação em como o tempo e o espaço são experimentados foi considerada como a peça central para argumentar que as sociedades industriais modernas foram superadas pelas sociedades globais da informação.

O problema, no entanto, é que a afirmação a respeito da aniquilação do tempo e do espaço através do desenvolvimento da tecnologia da comunicação é, novamente, não tão recente. Isso leva a questionar a suposição de que novos tipos de teorias sociais podem ser construídos baseadas em uma ideia tão antiga. A teoria acadêmica de globalização não é não-histórica a este ponto, uma vez que muitos trabalhos dentro deste campo trouxeram a formação histórica de redes mundiais e fluxos à discussão sociológica. Mesmo assim, um forte investimento teórico em argumentos que concernem à superação do tempo e do espaço é duvidoso porque os teóricos sociais acima mencionados não prestaram a devida atenção à história de com que frequência tais argumentos sobre comunicação foram feitos em tempos mais antigos. Essa negligência enfraquece a força de usar tais argumentos hoje para direcionar nossa atenção para problemas que são supostamente novos.

Só há espaço aqui para dar alguns exemplos. Um dos filósofos mais importantes de seu tempo, Oswald

Spengler discursou no começo da década de 1920 que a “alma intoxicada” da sociedade ocidental estava prestes a “voar acima do tempo e do espaço”. Ele percebeu que os aviões e o rádio tornaram possível que o “homem... deixasse os limites do corpo” – estava costurando “a terra com uma infinita teia de forças, correntes e tensões sutis” (Spengler, 1928[1922], p. 503-504). Nos Estados Unidos, Charles Cooley foi um dos primeiros sociólogos que, como Castells hoje em dia, pôs a tecnologia da comunicação no centro da teoria social.

Cooley percebeu em 1909 que “as mudanças que aconteceram desde o século XIX são capazes de constituir uma nova época na comunicação e no sistema inteiro de sociedade” (Cooley, 1962[1909], p. 80). Para ele, “o presente regime de ferrovias, telégrafos, jornais diários, telefones e as demais coisas” foi importante não tanto em termos de suas “características mecânicas” quanto em termos de “sua operação na mente mais aberta”. Devido ao seu impacto, “os contatos sociais são estendidos no espaço e acelerado no tempo”, para que “nações grandes, e finalmente o mundo por si mesmo, possam ser incluídos em um inteiro mental global” (Clooney, 1962[1909], p. 81-82).

Esse tipo de pensamento sobre globalização *avant la lettre* não é uma separação rara do que era típico na época. Os anos entre 1880 e 1918 era uma “cultura de tempo e espaço” verdadeira (Kern, 1983) na América do Norte, um período caracterizado por todo tipo de comentários sociais aterrados que proclamavam que a superação do tempo e do espaço com a ajuda das novas tecnologias de transporte e comunicação. Esses comentários eram acompanhados de escritos sobre o cosmopolitismo que se tornou predominante no começo do século XX. Por exemplo, muitos filósofos, engenheiros, economistas e outros escritores europeus e norte-americanos produziram textos que criticavam o nacionalismo de “mente fechada” e preparavam os leitores para uma nova era de unidade global, que chegaria com a ajuda de novas tecnologias da comunicação especialmente. Esses pensamentos eram sujeitados a golpes pesados por conta de duas guerras mundiais, mas eles ressurgiram durante os anos de Guerra Fria, ainda que levemente silenciados (Pemberton, 2001, p. 59-153). Depois do fim da Guerra Fria, as ideias dos cosmopolitas se tornaram novamente mais visíveis em muitos países, ao mesmo tempo em que a globalização se tornava um *slogan* poderoso.

Devido à longa tradição do pensamento cosmopolita, a maneira como Beck e outros sociólogos da glo-

balização demonstram o cosmopolitismo como uma nova ideia é, no mínimo, dissipada. Há um paradoxo revelador nas considerações depreciativas sobre o “nacionalismo metodológico”. Na sociologia cosmopolita de Beck, as maneiras antigas de pensamento são definidas como nacionalmente restritas, ao mesmo tempo que ele divulga a perspectiva cosmopolita como nova sabedoria. Este tipo de argumentação se torna possível somente quando a história do pensamento cosmopolita e suas conexões com a tecnologia da comunicação são esquecidas, o que pode por si só ser visto como um exemplo de um pensamento limitado por meio do “nacionalismo metodológico”. Como é o caso com hierarquias e redes, o nacionalismo e o cosmopolitismo são formas de orientação social e cultural que aparece, lado a lado com o período moderno, ainda que com intensidades diferentes em contextos temporais e geográficos diferentes.

Em sua abordagem genealógica do pensamento da sociedade da informação, Mattelart (2003, p. 161) faz uma boa colocação:

a atitude descuidada com a visão de longo prazo, que é frequente em discursos na “era da informação”, é rivalizada somente pelo discurso na “era global”. É como se o movimento de unificação do mundo tivesse aparecido somente recentemente. Uma análise retrospectiva, quando acontece, concerne períodos de uma ou duas décadas no máximo. A hegemonia do “curto prazo” certifica como genuinamente novas, e portanto revolucionárias, mudanças que de fato atestam acerca de desenvolvimentos estruturais e processos que estão em formação há muito tempo.

Isso permanece verdadeiro também para a proposição de que as tecnologias de comunicação aniquilaram o tempo e o espaço. Em 1872, um poema intitulado “Vitória” foi escrito como um tributo a Samuel Morse, um dos principais inventores do telégrafo, que declarava que por causa de suas visões, “o tempo e o espaço não mais governariam o homem” (Standage, 1998, p. 23). No entanto, há mais coisas relacionadas a este problema do que uma simples miopia histórica. Além do fato de que pensamentos similares de tempo e espaço foram apresentadas muitas vezes anteriormente, elas refletem certas características míticas e ideológicas. A atitude que clama por novidade é alimentada por uma crença mítica no progresso tecnológico.

Este tema foi discutido por Nye (1994) como o “sublime tecnológico”. Enquanto na sociedade tradicional o sublime tecnológico era associado com as maravilhas da natureza, no período moderno foi

projetado em monumentos industriais, burocráticos e científicos construídos por homens: a ferrovia, pontes, arranha-céus, aviões, armas, energia nuclear e, especialmente desde o telégrafo, nas tecnologias da comunicação. Por meio das representações de mídia que maravilhavam tais conquistas, nós estamos essencialmente persuadidos a adorar a ordem social que tornou essas conquistas possíveis.

A última forma deste grupo é “o sublime digital” (Mosco, 2004), despertado pela internet. Como suas encarnações anteriores, o sublime digital alcança além do momento atual com a ajuda de imagens positivas que são associadas às novas tecnologias digitais. Ele promete um futuro mais glorioso e uma transcendência das banalidades da vida cotidiana (Mosco, 2004, p. 117-118), tais quais as limitações impostas pelo tempo e o espaço que ainda são parte integral da realidade física das pessoas em todo lugar, independentemente da quantidade de tempo que elas passam online.

A Internet, a Democracia e a “Ideologia Californiana”

62 Além de tais características míticas, as promessas relacionadas à internet têm uma conexão com os pensamentos sobre política e democracia. Para Castells, um aspecto crucial das novas tecnologias de informação e comunicação é que elas dão assistência à sociedade em rede para que ela se liberte das organizações de produção hierárquicas e das burocracias rígidas do Estado de tempos anteriores.

A internet e as outras redes de comunicação digitais que permitem “a auto-comunicação de massa” são “tecnologias de liberdade” para Castells. Elas são forças que estão tornando a sociedade menos hierárquica, desmontando as estruturas de poder concentradas e aumentando a diversidade da comunicação. No geral, elas são fontes poderosas de liberação. As novas tecnologias de comunicação são penetrantes e “ao contrário da mídia de massa... elas têm propriedades culturais incorporadas de interatividade e individualização” (Castells, 2010, p. 385). “Historicamente”, Castells (2000, p. 19) escreve, “o poder estava incorporado em organizações e instituições, organizadas ao redor de uma hierarquia de centros”. E ainda, “a rede dissolve os centros, desorganiza a hierarquia e torna materialmente impossível o exercício do poder hierárquico sem processar instituições na rede”.

Em um sentido definitivo, a sociedade em rede é uma utopia tecnológica já conquistada para Castells e, quaisquer que sejam os problemas que estejam à

frente, as ferramentas tecnológicas que são necessárias para revolvê-los já existem. Esse tipo de entusiasmo com relação às redes é infeccioso: já atraiu muitos políticos, CEOs, pesquisadores acadêmicos e ativistas.

A teoria da sociedade em rede não foi desenvolvida em um vácuo social e histórico. Castells escreveu seus trabalhos na ascensão da Era da Informação nos anos 1980 e 1990, quando era professor na Califórnia. Lá ele ficou fascinado com o Vale do Silício com sua “engenhosidade tecnológica, inovação de negócios e mudança cultural” (Castells & Ince, 2003, p. 17). Este mesmo contexto é também para Castells uma parte central do nascimento da própria sociedade. Ele observa que enquanto certos projetos fundamentados pelos militares eram instrumentais para os avanços em microeletrônica nos anos 1950 e 1960, um fator principal na ascensão da sociedade em rede era o “espírito libertário” e “a cultura da liberdade, inovação individual e empreendedorismo que cresceu da cultura dos anos 1960 dos campi americanos”, os quais deixaram suas marcas na inerente estrutura de internet “aberta” e descentralizada (Castells 2010, 5-6, 384).

Para Castells, os verdadeiros heróis da sociedade em rede são os visionários “contra-culturais” tais como Steve Wozniak e Steve Jobs que melhor exemplificam o “espírito do informacionalismo” que impulsiona a inovação tecnológica e o tipo de empreendedorismo menos hierárquico característico dos novos tempos (Castells, 2010, p. 43). Na “Era da Informação” de Castells e em seus livros mais recentes, há uma dose pesada de “Ideologia Californiana”, que “promiscuamente combina o espírito livre dos hippies e o zelo empreendedor dos yuppies”, uma “amalgamação de opostos [que] foi alcançada através de uma fé profunda no potencial emancipatório das novas tecnologias de informação” (Barbrook & Cameron, 2007[1995]).

Em vista disso, é fácil aceitar a visão de que a internet como um veículo para “a auto-comunicação de massa” realmente agiu como uma poderosa força democratizante. Os anos 1990 foram uma década quando a crença na capacidade da internet para gerar uma sociedade mais democrática era especialmente exuberante, mas a mesma crença foi revivida mais recentemente em relação às insurreições populares nas diferentes partes do mundo. Assim somos lembrados, por exemplo, dos recentes movimentos de protestos na África do Norte, na Espanha, no Leste da Ásia e em demais lugares onde as redes sociais foram utilizados para mobilização política. Castells

analisou os novos movimentos e enfatizou seus usos em relação às mídias sociais (Castells, 2012), ainda que de forma exagerada, onde fala de uma “ênfase e celebração exagerada das realidades revolucionárias da comunicação via internet” (Fuchs, 2012) mais gerais e liberais.

O problema básico com a crença em potencial na internet para transformar a democracia reside no fato de que ela é derivada das propriedades tecnológicas da mídia em questão, tais como sua interatividade, alcance global, velocidade e sua “alegada incontabilidade” (Curran, 2012, p. 3). Mesmo assim, observando-se a história social da mídia revela problemas que levam a questionar tais convicções. Em primeiro lugar, a ideia de que uma nova tecnologia de comunicação provê uma melhor democracia e desmonta hierarquias de poder não é nova. É um tipo de pensamento relativamente comum que foi repetido em relação a diferentes tecnologias pelo menos desde a Renascença.

Assim, por exemplo, a imprensa foi considerada como um prenúncio da nova era, da qual um escritor capaz, Samuel Hartlib, escreveu em 1641, dizendo que ela “vai espalhar tanto conhecimento que as pessoas comuns, sabendo de seus direitos e liberdades, não serão governadas por meio da opressão” (Briggs & Burke, 2002, p. 17). Mais tarde, a ideia de que as tecnologias da comunicação provêm democracia e uma dispersão de poder emergente nos comentários sobre o telégrafo no fim do século XIX, o qual reiterou comentários anteriores sobre as ferrovias como redes que espalhavam comunicação e compreensão universais. (Briggs & Burke, 2002; Standage, 1998; Mattelart, 2000).

Muitos pesquisadores de mídia também apresentaram observações otimistas sobre os efeitos sociais das novas tecnologias de comunicação. Elisabeth Eisenstein, a pupila do canadense Marshall McLuhan, argumentou em sua famosa história da imprensa que os livros impressos destruíram o monopólio do conhecimento mantido antigamente por autoridades centrais, especialmente a Igreja Católica, e assim abriu caminho para a reformulação e a ascensão da ciência na Europa Ocidental (Eisenstein, 1979).

O católico McLuhan enfatizou os grandes efeitos culturais das tecnologias da comunicação, mas para ele, a imprensa era uma fonte de controle ao invés de uma emancipação. McLuhan argumentou que em comparação à oralidade, a imprensa e a literatura incentivam a racionalidade, a linearidade e a fragmentação da percepção, e assim melhoram o controle instrumental sobre o ambiente – e essas características

existem às custas da “capacidade de sentir, expressar e experimentar emoções” (Czitrom, 1982, p. 174). A televisão, em contraste a isso, foi avaliada positivamente por McLuhan. Ele a viu como um meio que restaura o espectro sensitivo e rico, a ação recíproca de todos os sentimentos e que os elos coesivos e comuns característicos de sociedades pré-modernas, desta forma traduzindo “o homem visual de volta para o padrão oral e tribal” (McLuhan, 1964, p.58).

Considerando tais temas, não é surpresa que McLuhan tenha se tornado muito popular nos anos 1960 entre os liberais e os *hippies* na América do Norte que tinham experimentado o poder cultural da televisão e o Festival de Woodstock. Castells considerou McLuhan um “gênio”, cujas ideias ele reavivou desde os anos 1990. A diferença é que ao invés da televisão, Castells aplicou as ideias mcluhianas à internet, propondo, por exemplo, uma grande síntese cuja transformação tecnológica causada pela internet transformará a *psiqué* humana, reunindo “o espírito humano... em uma nova interação entre os dois lados do cérebro, máquinas e contextos sociais” (Castells, 2010, p. 356). Tal naturalismo tecnológico deu a Castells um diagnóstico ideal dos tempos contemporâneos para aqueles que aderem à “ideologia californiana” e são afetadas pela sua rede de otimismo.

A história do comentário acerca de novas tecnologias oferece, obviamente, muitos mais exemplos de crença em como eles superarão ou enfraquecerão as estruturas sociais repressivas. Tal convicção acompanhou muitas tecnologias de comunicação diferentes em diferentes períodos históricos. A persistente existência de tais fascinações, no entanto, gera um número crítico de questões.

Por que deveríamos acreditar no poder de novas tecnologias de comunicação para prover liberdade através de suas propriedades tecnológicas (o que quer que elas sejam), se a imprensa, o telégrafo, o rádio e a televisão foram incapazes de acabar com governos não-democráticos? Apesar dos grandes avanços na tecnologia de comunicação eletrônica no fim do século XIX e início do século XX, o século XX foi, no fim das contas, uma “era dos extremos” (Hobsbawn, 1994), caracterizado (entre outras coisas) por ditaduras sangrentas, guerras e conflitos violentos. Não é mais plausível pensar que as tecnologias da comunicação são realmente só ferramentas que podem ser utilizadas tanto para concentrar quanto para desafiar o poder social e a dominação? E se este for o caso, por que deveríamos pensar que a internet é, finalmente, a tecnologia que redimirá as promessas de liberdade de séculos atrás por meio da tecnologia? Há com frequ-

ência uma dose de narcisismo da geração em como as novas mídias e as tecnologias de comunicação são avaliadas por contemporâneos; em outras palavras, há uma forte tendência de pensar que nossa geração é aquela que tem o tipo certo de tecnologias que fará tudo mudar (Burke, 1992, p. 137).

Fazer objeções tão críticas não é dizer que a internet não teve nenhum efeito político. Como Curran (2012, p. 17) descreve, ela claramente energizou o ativismo político em diferentes países. Ainda assim, de uma perspectiva mais geral é altamente questionável se ela realmente revitalizou a democracia.

As duas décadas mais recentes testemunharam uma concentração massiva de poder político e econômico ao redor do mundo, um desenvolvimento que é ligado à consolidação do neoliberalismo como um número de políticas como uma ideologia dominante (Harvey, 2005). A essência da globalização neoliberal consiste do fato de que ela “reforçou o caráter capitalista das sociedades contemporâneas” (Klein and Brie, 2008, p. 73) em praticamente todas as áreas da vida social.

O neoliberalismo foi bem sucedido em se tornar um imaginário poderoso e compartilhado por elites nacionais e transnacionais ao redor do mundo e propagado sem limites pelas mídias *mainstream*. Como uma filosofia política, é claramente inventado para manter um domínio de classes capitalistas, investidores e seus aliados políticos, enquanto tenta-se desarmar todas as formas de pensamento utópico radical através de uma visão de liderança de mercado universal e a afirmação de que “não há alternativa” para o capitalismo global.

Ao mesmo tempo, governos dos estados-nação perderam muito de sua capacidade política de gerenciar as contradições que surgem de seu papel como mediadores entre os interesses do capital e os desejos democráticos de seus cidadãos. Assim, as forças de mercado “começaram a ditar de maneiras sem precedentes, o que os Estados presumivelmente soberanos e democráticos podem ainda fazer por seus cidadãos e o que eles devem rejeitar” (Streeck, 2012, p. 26). Tudo isso gerou uma grande quantidade de insatisfação política e cinismo, manipulação política pelas classes dominantes e uma ordem global inexplicável baseada em tais organizações transnacionais como a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional que estabelecem limites estritos a políticas em países individuais (Curran, 2012, p. 17). Do ponto de vista da teoria social crítica, quaisquer desenvolvimentos democráticos que seguiram do crescente uso da internet pelos cidadãos, devem

ser avaliados na análise final com relação a como esse maior contexto político global evoluiu.

A neoliberalização do mundo oferece também mais uma razão para pensar criticamente sobre as afirmações concernentes à internet e a democracia. Castells argumenta que a internet é nova no sentido de que suas propriedades interativas efetivamente derrotam quaisquer esforços comerciais e governamentais para restringir fluxos de informação e assim ela “dá início a uma autonomia sem precedentes para que sujeitos comunicativos possam se comunicar livremente” (Castells, 2009, 135). Nisto, no entanto, ele subestima seriamente o fato de que o tráfego é canalizado por relativamente poucos portais bem conhecidos.

Esses são, mais frequentemente, websites pertencentes a empresas economicamente poderosas nacionais e internacionais. Nos Estados Unidos em 2010, por exemplo, três quartos de todas as visitas a páginas se concentraram em dez dos websites mais populares, o que é uma proporção muito maior do que uma década antes (Wolff, 2010; Curran, 2012). Uma razão para isso é a lógica pela qual a ferramenta de pesquisa do Google funciona: ela favorece os websites mais populares e, de acordo com estudos, a maioria dos usuários da internet não leem mais do que a primeira página dos resultados de pesquisa. Por razões de como a internet é regulamentada pela arquitetura e pelos algoritmos dos websites dominantes que estruturam o acesso online, muito da informação crítica provida por organizações não-governamentais ou ativistas, por exemplo, é enterrada por conteúdos comerciais (Curran, 2012; Freedman, 2012).

Estas observações, mormente, atestam o fato de que como forma de comunicação social, a internet e seus sites de redes sociais não são menos democráticos que as tecnologias de comunicação antes deles. Essas novas tecnologias encontraram meramente o mesmo tipo de parâmetros de poder econômico e político que limitou os potenciais de comunicações “menos desenvolvidas” em períodos anteriores. Os escândalos recentes envolvendo a NSA (sigla em inglês para Agência Nacional de Segurança) e seus programas de espionagem iniciados pelo governo dos Estados Unidos demonstram que não devemos conceber as novas tecnologias de redes como muito emancipatórias.

Os efeitos de como elas são usadas são definidas pelo tipo de contextos políticos nos quais eles estão sendo usados. Pela mesma razão, os potenciais democráticos da internet não são definidos pela tecnologia por si mesma, mas pela capacidade de diferen-

tes movimentos políticos de organizar-se de formas que produzam coalisões políticas e organizações concretas que podem efetivamente desafiar instituições sociais não-legítimas e substituí-las por novas instituições mais democráticas. Pensar de outra forma é sucumbir à filosofia política burguesa de acordo com a qual as instituições sociais existentes são basicamente sadias e o que é necessário é somente uma comunicação melhor e mais democrática.

Conclusão

Acima, apresentei várias observações críticas com relação a certas afirmações frequentemente repetidas sobre as mudanças nas tecnologias de comunicação. Creio que em geral os teóricos sociais e pesquisadores da área de comunicação que comentam em tais mudanças deveriam estar mais atentos à História para que não façam argumentos exagerados e duvidosos sobre os efeitos sociais das novas mídias e formas de comunicação. No entanto, não estamos lidando aqui somente com a precisão da descrição histórica. Ao lidar com a teoria social, estamos examinando questões analíticas sobre o que estimula a mudança social, e essas questões inevitavelmente têm também dimensões políticas e normativas. Eu concluo este artigo com alguns comentários analíticos que contrastam com as maneiras nas quais os desenvolvimentos das tecnologias de comunicação são tipicamente avaliados na teoria social contemporânea.

Uma questão importante neste contexto se relaciona com o antigo dilema do determinismo tecnológico. O tema de redes e fluxos ou a aniquilação do tempo e do espaço é demonstrado à uma luz totalmente diferente se não é analisado em termos de desenvolvimentos tecnológicos mas, ao invés disso, como parte da longa história do capitalismo. Mesmo durante os tempos do capitalismo industrial do início do século XVIII, lugares que estavam separados uns dos outros por longas distâncias estavam ligados devido às realidades da produção capitalista econômica e exploração colonial. Desde o começo, o desenvolvimento capitalista demandou conexões que cobrissem grandes distâncias geográficas.

Por exemplo, seria impossível conceber o que estava sendo produzido nas fábricas têxteis em Lancashire, Inglaterra, sem pensar em plantações de algodão nas partes ao sul dos Estados Unidos (Rosenberg, 2000, p. 31-32). O capitalismo tem uma tendência inerente de se espalhar como uma ordem econômica e social; em outras palavras, ele continuamente busca expandir-se espacialmente ou “se globalizar”,

e buscar constantemente novos recursos para matérias-primas e novos mercados para seus produtos. Por este motivo, o capitalismo busca superar todas as barreiras geográficas e isso pode ser feito através do desenvolvimento de transportes e tecnologias de comunicação que tornam isso possível.

Não é uma coincidência que tais tecnologias foram fortemente inovadas e desenvolvidas na última parte do século XIX, quando os métodos de produção pré-capitalistas e as relações sociais estavam sendo revogadas ao redor do mundo capitalista e quando a população rural estava migrando em massa para as cidades industriais para trabalhar nas fábricas. Assim, a aniquilação do tempo e do espaço no século XIX não era algo que aconteceu por causa das tecnologias de transporte e comunicação como tal. Ao contrário, o movimento no sentido de aniquilar o tempo e o espaço era “intrínseco às próprias relações sociais capitalistas” (Rosenberg, 2000, p. 33) e esse movimento gerou o desenvolvimento e uso de tais tecnologias.

Mesmo que a fascinação dos teóricos sociais contemporâneos com as comunicações digitais possa parecer uma atitude natural, dado seu papel visível na vida rotineira de centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo, está longe de não ser problemática. Eu argumento que muito dessa fascinação pode ser

65
pela congruência do otimismo digital com a ideologia do neoliberalismo. A teoria social não-histórica e centrada em comunicações que se tornou tão popular hoje é, em uma extensão considerável, o resultado da ordem econômica e ideológica que domina o mundo. O capitalismo neoliberal global é baseado em visões da sociedade da informação, que enfatiza termos como criatividade, inovações tecnológicas, inovações de sistemas e a vantagem competitiva nacional. Nessas visões, que são fortemente baseadas na noção da “criatividade destrutiva” (Schumpeter, 1943[2003], p. 81-86), inovações tecnológicas são consideradas como o motor que movimenta o capitalismo global. Para se ter certeza, eles realmente são como motores de alguma maneira, como corporações, empreendedores, inovadores e investidores de risco são motivados pelas oportunidades de lucro substancial que inovações substancialmente tecnológicas e patentes provêm (Harvey, 2003, p. 6-8).

Tecnologias de comunicação digital e suas diferentes aplicações representam o pico do capitalismo contemporâneo: elas são a “mais legal” de todas as tecnologias modernas (McGuigan, 2009). Devido a isso, não é surpresa que grandes expectativas políticas, sociais e econômicas estejam ligadas a elas. O po-

der transformador dessas tecnologias promete mover-nos em direção a uma nova existência social que está superando a antiga. No entanto, de uma perspectiva crítica, a emancipação crítica depende não da transformação das estruturas tecnológicas, mas mais propriamente da transformação dos sistemas políticos e estruturas de poder privado dentro das quais aquelas estão incorporadas. Este é o foco que os teóricos sociais discutiram neste artigo, sistematicamente servindo para obscurecer seus discursos centrados na tecnologia, e isso constitui a principal razão pelo qual suas análises deveriam ser tratadas com suspeitas.

Referências

AMPUJA, Marko. *Theorizing Globalization. A Critique of the Mediatization of Social Theory*. Brill, Boston & Leiden. 2012.

AXFORD, Barry. *Globalization*. In: Gary Browning, Abigail Halcli & Frank Webster (eds.), *Understanding Contemporary Society. Theories of the Present*. Sage, London: 2000.

BARBROOK, Richard & CAMERON, Andy. *The Californian Ideology*. <http://www.imaginaryfutures.net/2007/04/17/the-californian-ideology-2/> (Accessed November 30, 2014.) 2007[1995].

66 BECK, Ulrich. *The Cosmopolitan Condition*. Why Methodological Nationalism Fails. *Theory, Culture & Society* 24(7–8), 286–290. 2007.

_____ & Beck-Gernsheim, Elisabeth. *Global Generations and the Trap of Methodological Nationalism. For a Cosmopolitan Turn in the Sociology of Youth and Generation*. *European Sociological Review* 25(1), 25–36. 2009.

BELL, Daniel. *The Coming of Post-Industrial Society. A Venture in Social Forecasting*. Basic Books, New York: 1999[1973].

BURKE, Peter. *History and Social Theory*. Polity Press, Cambridge: 1992.

BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *A Social History of the Media. From Gutenberg to the Internet*. Polity Press, Cambridge: 2002.

CASTELLS, Manuel. *Materials for an exploratory theory of the network society*. *British Journal of Sociology*, 51(1), 5–24. 2000.

_____. *Communication Power*. Oxford University Press, Oxford: 2009.

_____. *The Information Age: Economy Society and Culture*. Volume I: The Rise of the Network Society. Second Edition with a New Preface. Wiley-Blackwell, Malden: 2010.

_____. *Networks of Outrage and Hope. Social Movements in the Internet Age*. Polity Press, Cambridge: 2012.

_____ & Ince, Martin. *Conversations with Manuel Castells*. Polity Press, Cambridge: 2003.

COOLEY, Charles H. *The Theory of Transportation*. (Available online at the Mead Project 2.0. website maintai-

ned by Lloyd G. Ward, https://www.brocku.ca/MeadProject/Cooley/Cooley_1894.html.) (Accessed November 30, 2014.) 1894[2007].

_____. *Social Organization*. A Study of the Larger Mind. Schocken Books, New York: 1962[1909].

CURRAN, James. *Reinterpreting the internet*. In: James Curran, Natalie Fenton & Des Freedman (eds.), *Misunderstanding the Internet*. Routledge, London & New York, 3–33. 2012.

CZITROM, Daniel J. *Media and the American mind. From Morse to McLuhan*. University of North Carolina Press, Chapel Hill: 1982.

EDGERTON, David. *The Shock of the Old. Technology and Global History Since 1900*. Profile Books, London: 2008.

EISENSTEIN, Elizabeth L. *The Printing Press as an Agent of Change. Communications and Cultural Transformations in Early Modern Europe*. Cambridge University Press, Cambridge: 1979.

FREEDMAN, Des. *Outsourcing internet regulation*. In: James Curran, Natalie Fenton & Des Freedman (eds.), *Misunderstanding the Internet*. Routledge, London & New York, 95–120. 2012.

FUCHS, Christian. *Some reflections on Manuel Castells Book Networks of Outrage and Hope*. *Social Movements in the Internet Age*. *TripleC* 10(2), 775–797. [<http://www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/459>] (Accessed November 30, 2014.) 2012.

GIDDENS, Anthony. *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Polity Press, Cambridge: 1991.

_____. *Runaway World. How Globalization is Reshaping Our Lives*. New Edition. Profile Books, London: 2002.

HARVEY, David. *The fetish of technology: causes and consequences*. *Macalester International* Vol. 13, 3–30. 2003.

_____. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press, Oxford.

Hobsbawm, Eric. *The Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914–1991*. Abacus, London: 2005.

JAMESON, Fredric. *Notes on globalization as a philosophical issue*. In: Fredric Jameson and Masao Miyoshi (eds.), *The Cultures of Globalization*. Duke University Press, Durham, 54–77. 1998.

KERKELÄ, Heikki. *Yhteiskunnallisten muutosten käsitteellistämistä*. [“On the Conceptualization of Social Changes”] *Sociologia* 2, 2004, 81–93. 2004.

KERN, Stephen. *The Culture of Time and Space 1880–1918*. Harvard University Press, Cambridge, MA: 1983.

KLEIN, Dieter & Brie, Michael. *Capitalism, Socialism, Property and Transformation*. *Transform! European Network for Alternative Thinking and Political Dialogue*, 02/2008, 72–82. 2008.

MANN, Michael. *The Sources of Social Power*. Vol. 1: A History of Power from the Beginning to A.D. 1760. Cambridge University Press, Cambridge: 1986.

MARTELL, Luke. *The Sociology of Globalization*. Polity Press, Cambridge: 2010.

MATTELART, Armand. *Networking the World 1794–2000*. University of Minnesota Press, Minnesota: 2000.

_____. *The Information Society: An*

Introduction. (Translated by S. G. Taponier and J. A. Cohen) Sage, London: 2003.

MCGUIGAN, Jim. *Cool Capitalism*. Pluto Press, London: 2009.

MCLUHAN, Marshall. *Understanding Media: The Extensions of Man*. Signet Book, New York: 1964.

MOSCO, Vincent. *The Digital Sublime*. Myth, Power, and Cyberspace. The MIT Press, Cambridge, MA: 2004.

NYE, David E. *American Technological Sublime*. MIT Press, Cambridge, MA: 1994.

PEMBERTON, Jo-Anne. *Global Metaphors. Modernity and the Quest for One World*. Pluto Press, London: 2001.

PETERS, John D. *Speaking into the Air. A History of the Idea of Communication*. The University of Chicago Press, Chicago & London: 1999.

RANTANEN, Terhi. *The message is the medium*. An interview with Manuel Castells, *Global Media and Communication* 1(2), 135–147. 2005.

VAN RENSBURG, Aletta H. Janse. *Using the internet for democracy: A study of South Africa, Kenya and Zambia*. *Global Media Journal African Edition* 6(1), 93–117. [<http://globalmedia.journals.ac.za/pub/article/view/84>] (Accessed November 30, 2014.)

Rosenberg, Justin. 2000. *The Follies of Globalization Theory*. Polemical Essays. Verso, London. 2012

SCHOLTE, Jan Aart. *Globalization. A Critical Introduction*. Second Edition. Palgrave, New York 2005. 2012

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism & Democracy*. (With a new introduction by Richard Swedborg.) Routledge, London & New York: 2003[1943].

SPENGLER, Oswald. *The Decline of the West*. Volume Two: Perspectives of World-History. (Translated by C. F. Atkinson.) George Allen & Unwin, London: 1928[1922].

STANDAGE, Tom. *The Victorian Internet*. Walker and Company, New York.

Streeck, Wolfgang. 2012. *The Crises of Democratic Capitalism*. *New Left Review*, 71, 5–29.

WINSECK, Dwayne R. & Pike, Robert M. *Communication and Empire. Media, Markets, and Globalization, 1860–1930*. Duke University Press, Durham: 2008.

WOLFF, Michael. *The web is dead. Long live the internet*. Who's to blame: them. *Wired* 18 (September 2010). [http://www.wired.com/magazine/2010/08/ff_webrip] (Accessed November 30, 2014.) 2008.

[Artigo recebido em 10 de outubro de 2014 e aprovado em 18 de novembro de 2014.]